

“NÃO PODE SE VESTIR DE MENINA, É ILEGAL”: DISCUSSÃO A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO VESTIDO NUEVO

CATIELLI SUSUANI DIAS DA SILVA¹
CLÁUDIA DE FARIA BARBOSA²

Introdução

Observa-se, na atualidade, a manutenção de preconceitos com referência a não aceitar a diversidade e, sobretudo, parece avançar os grupos conservadores que insistem ao apagamento das discussões referentes a gênero e sexualidade no contexto educacional. Todavia, apostamos que a educação é o caminho para enfrentar o preconceito e a discriminação, assim como, local de produção de acolhimento aos diversos modos de ser e estar no mundo.

A partir desse contexto e, considerando a importância de debater essa temática desde a educação infantil, foi realizada uma roda de conversa com profissionais de uma creche municipal do interior da Bahia, de modo a analisar a compreensão que estes profissionais possuem a respeito das experimentações que borram as fronteiras de gênero.

Essa roda foi realizada no período da elaboração do trabalho de conclusão de uma pós-graduação em Gênero e Sexualidade na Educação na UFBA, agora é feita uma releitura sobre essa atividade, em consonância com leituras de autores pós estruturalistas, que corroboram nas análises propostas neste texto.

No lócus físico da creche, onde se deu o experimento, constatou-se que ali o espaço estava configurado de modo generificado: salas de aula com paredes na cor azul em oposição ao rosa, divisão de brinquedos, sobretudo carrinhos e bonecas e objetos de alimentação definidos pelas cores rosa e azul, demarcando, por meio de símbolos, os territórios legitimados socialmente do masculino e do feminino.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC - UESB). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (FAPESB). E-mail: dias.cati@hotmail.com

² Doutora e Mestra no Programa em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC - UESB). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Hermenêuticas em Família, Território, Identidades e Cultura (GEHFTIM/CNPq). E-mail: barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

Portanto, neste artigo, pretendemos refletir sobre as narrativas que surgiram em uma roda de conversa com profissionais da educação infantil, após assistirem o curta-metragem *Vestido Nuevo*, exibido como disparador da discussão. A análise será desenhada a partir do diálogo com alguns autores pós-estruturalistas.

Este texto está dividido em duas seções a partir desta introdução. Na primeira fazemos um convite ao estranhamento com a discussão do ocorrido após as profissionais da educação infantil terem assistido ao documentário proposto e da relação com estudos pós-estruturalistas e, na segunda seção, já em tom de considerações finais, outros convites são feitos no sentido de levar à compreensão e consciência de que a educação infantil é o passo inicial na construção de uma educação libertadora, não sexista e aberta à diversidade.

Convite ao estranhamento!

A partir de uma roda de conversa, realizada com profissionais da educação infantil, após assistirem o curta-metragem espanhol, *Vestido Nuevo* (2007), dirigido por Sergi Pérez e vencedor de dez prêmios em festivais internacionais de cinema.

Ribeiro (2013) traz como características do curta-metragem a dinamicidade, autenticidade e defende sua pertinência didática, quando selecionado com responsabilidade social, a partir dos seguintes elementos:

reduzido número de personagens e diálogos; condensação narrativa [...]; tempo da história, na maioria dos casos, linear; guiões verossímeis; grande carga emotiva e sugestiva e final, geralmente, surpreendente; pela sua natureza cinematográfica, veicula conteúdos culturais, socioculturais, transmite valores educativos e traduz-se numa rentável fonte para trabalhar aspectos interculturais (RIBEIRO, 2013, p. 21-22).

De acordo com Lauretis (1994), somos todos interpelados pelo gênero, que por sua vez, é produto de várias tecnologias, a exemplo do cinema. Ainda segundo a autora, aceitar de pronto o binarismo homem ou mulher remete a aceitar sem questionar a sexualização discursiva dos corpos pelas tecnologias e instituições.

Assim, com o intuito de desconstruir verdades estabelecidas, foi realizada o desenvolvimento de uma roda de conversa que contou com a adesão de doze profissionais da educação infantil, sendo 6 professoras, 3 atendentes, 1 secretária, 1 auxiliar administrativa e 1 diretora de uma creche.

A narrativa do curta utilizado, desenvolve-se em torno de Mário, vivido pelo jovem ator Ramon Novell, uma criança que resolve vestir a roupa de sua irmã no

dia de carnaval da escola, sendo interpelado pela professora da seguinte forma: “Mário, o que você está fazendo?” “[...]” “Você está vestido como uma menina”. Diante do silêncio de Mário, uma outra criança grita: “viadinho! viadinho!”.

O vídeo foi interrompido antes do desfecho e as participantes tiveram a oportunidade de falar sobre como agiriam, caso estivessem na situação da professora. Assim, foi possível notar as percepções quanto a experimentação da criança, conforme as narrativas a seguir:

Eu iria perguntar e explicar que o vestido é para menina. Mas é uma situação bem complicada e difícil, principalmente com crianças de 0 a 3 anos (Participante F).

[...] Eu vou falar a verdade, eu posso até ser condenada pelo que vou falar, mas eu dizia: oh filho, vestido é de menina, você tem que vestir uma calça, camisa, isso aqui não dá certo pra você. [...] A própria natureza já diz, mulher tem que ser roupa de mulher e homem tem que ser roupa de homem (Participante G).

Por que você escolheu um vestido rosa? Eu sei que a cor rosa é uma cor normal, e pode ser para menino ou menina, mas quem veste vestido é menina (Participante A).

Observa-se, a partir dos depoimentos, que Mário seria interpelado com práticas e linguagens que visam demarcar identidades femininas e masculinas e que fortalecem a negação do que não está em conformidade com as normas de gênero. No desenrolar do curta, é possível notar que uma coleguinha de Mário, também diz a ele que “*não se pode vestir de menina, é ilegal*”, evidenciando como essas normas já estão presentes desde a infância.

De acordo com Louro (2018), as múltiplas formas de fazer-se mulher ou homem são renovadamente reguladas, condenadas ou negadas. Nas escolas, pela afirmação ou pelo silenciamento, é exercida uma pedagogia da sexualidade legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, bem como reprimindo e marginalizando outras. A autora afirma que em nossa sociedade:

A norma que se estabelece historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que serão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. (LOURO, 2018, p.18).

O vídeo possibilitou que as participantes dialogassem, todavia chamou atenção que estas atentaram-se única e exclusivamente ao uso do vestido, notando-se a ausência de um olhar para a violência sofrida pela criança, por parte

do seu colega que o chama de “veadinho”, termo homofóbico. Ousamos ainda, inferir que o incômodo gerado no grupo esteve mais relacionado a experimentação da criança, do que sobre a violência que ela sofre pelo colega que insulta chamando de “veadinho” e pela escola que reprime e proíbe, levando Mário a não participar do baile de carnaval.

De acordo com Junqueira (2007) “homofobia” costuma ser empregada em referência a conjuntos de emoções negativas, tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo em relação a pessoas homossexuais.

A íntima relação entre homofobia e normas de gênero tanto se traduz em noções, crenças, valores, expectativas, quanto em atitudes, edificação de hierarquias opressivas e mecanismos reguladores discriminatórios. Assim, pode comportar drásticas consequências às pessoas que ousam descumprir os preceitos socialmente impostos em relação ao que significa ser homem e ser mulher (JUNQUEIRA, 2007, p. 8).

Cabe evidenciar quantas crianças acabam sendo desencorajadas a continuar frequentando o espaço escolar, por transgredirem as fronteiras da normatividade que insistem no enclausuramento dos corpos em suas existências múltiplas.

Em acordo com Bento (2011), acredita-se que há um processo de expulsão. É importante diferenciar evasão de expulsão, uma vez que ao apontar com precisão as causas que levam crianças a deixarem de frequentar o espaço escolar poderemos enfrentar de modo assertivo os dilemas que constituem o cotidiano da escola, entre eles, a homofobia

O não questionamento e/ou o silenciamento da violência vivenciada por Mário, também pode ser visto como dispositivo de vigilância para se manter a heteronormatividade.

[...]vai sendo construída a partir da promessa de cada nascimento. Ou você nasce homem ou nasce mulher e todo o arsenal instrumental lhe é disponibilizado para fazer valer a sua secreta genitália. Esse arsenal é composto de discursos, de definição de cores, modelos de vestir, maneira de sentar, de escolhas da profissão, de frequentar lugares, horários, cuidar de certas tarefas de subsistência, formas de amar, de construir alianças, práticas sexuais, enfim, todas as atividades humanas servirão para dar pistas sobre sua genitália que poderá ser presumida, mas quase nunca mostrada [...] (ARAUJO, 2017, p. 137).

Os diálogos denotam que a heterossexualidade é concebida como natural universal e normal, portanto, homens e mulheres devem ser estimulados a isso. É importante lembrar que a produção da heterossexualidade é acompanhada pela

rejeição da homossexualidade, que se expressa muitas vezes, no incômodo da manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais.

desde muito cedo, há um investimento da cultura na produção de sujeitos femininos e masculinos, de determinados tipos e de acordo com a materialidade dos seus corpos. Partindo-se disso, as características dos sujeitos femininos encontradas remetiam, em sua maioria, ao espaço doméstico, à maternidade e à sedução, enquanto as características dos sujeitos masculinos remetiam à prática de esportes e às ações ligadas a carros e armas (SANTOS, 2004, p.12).

O receio de que a experimentação de um vestido rosa, por um menino determinasse sua orientação sexual, demonstra que conceitos de sexo, gênero e orientação sexual aparecem imbrincados.

Eu chamaria a família [...] Eu tinha um filho que pegava o boné rosa da irmã e usava. A professora mandou chamar [...] Aí conversei com ele que o boné era da irmã e ele ia usar um boné de menino. Mas me assustou, porque eu era separada e me incentivaram a conversar com pai, porque ele só convivia com mulher [...] Meu maior medo era ele ir para o lado gay [...] (risos). (Participante E)

Eu tenho uma criança de três anos que só quer brincar de boneca. Eu tenho medo, porque na família tem bastante gay [...]. O pai quando observa, pega a boneca pela perna e joga pra longe. (Participante A)

Observa-se que há um investimento constante na produção de homens e mulheres no depoimento das profissionais da educação infantil, inclusive estendendo a discussão para seus filhos. Judith Butler (2015) define gênero como uma construção social que carrega consigo significados sobre os corpos sexuais. Nesse sentido, as diferenças não são naturalmente determinadas, ainda que os regimes sociais mantenham relações desiguais e hierárquicas.

Conforme evidencia Judith Butler (2003), as pessoas que não seguem uma linha coerente entre sexo-gênero-desejo e prática sexual são consideradas ininteligíveis na nossa sociedade. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual inato a todos, ignoram-se formas não heterossexuais de sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras.

Chama atenção que, mesmo que alguns debates foram e/ou tenham sido estabelecidos na nossa sociedade, ainda parece que a escola está distante de outras formas de pensar sobre as possibilidades de ofertar a liberdade de signos endereçados para homens e mulheres.

Miskolci (2010) defende a necessidade de questionar o poder disciplinar, de modo a desconstruir as normas e convenções culturais que constituem os sujeitos como normais e/ou anormais, pautada nos binarismos: masculino/feminino, hetero/homo, branco/negro.

Ainda nesse sentido, Preciado (2008) aponta que não somos naturalmente homens ou mulheres, masculinos ou femininos, mas efeitos mais ou menos realistas de repetições performativas.

À guisa de conclusão: outros convites...

Ao invés de concluir, fazemos o convite a diversas outras possibilidades de reflexão que podem ser desenhadas a partir do encontro com essa produção fílmica. Não acreditamos ser possível finalizar o debate, a produção desse encontro foi apenas o início da provocação de um estranhamento as verdades consolidadas.

Bell hooks (2013) defende que o objetivo primordial dos educadores é promover um ambiente propício para a aprendizagem que liberte os estudantes das amarras coloniais, ou seja, que os ajudem a transgredir as barreiras impostas pelo gênero binário, da heteronorma, do racismo e machismo. Assim, é urgente que se fale de gênero, sexualidade, e de suas produções de subalternidades que podem desnaturalizar as opressões que as diversas instituições patriarcais buscam perpetuar e colocar em debate a força da produção das normas regulatórias de gênero na constituição das masculinidades e feminilidades do sujeito-criança.

As participantes da roda de conversa deram um feedback positivo, informando que nunca haviam pensado sobre essas questões, e que necessitam de melhores aportes teóricos e articulação com as famílias, pois ao mudarem práticas, certamente serão questionadas.

Elas deram-se conta de que as crianças que borram as fronteiras de gênero já existem na escola e precisarão saber lidar com as atitudes para não produzirem exclusões e silenciamentos dessas existências. Refletiram que para construir uma escola aberta as diferenças, vale a pena rever como os corpos, identidades, gênero e sexualidades têm sido validados ou marginalizados. Compreenderam que a educação infantil é o passo inicial na construção de uma educação libertadora, não sexista e aberta as diferenças.

Referências

ARAUJO, D. B.; COLLING, Leandro. Por uma escola que aprenda com as diferenças. In: MACEDO, Elizabeth.; RANNIERY, Thiago. (orgs). **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis, RJ, 2017, p. 131 a 156.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549-559, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009, p. 13-51.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 09-42.

MISKOLCI, Richard. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos, EdUFSCar, 2010.

PÉREZ, Sergi. curta-metragem espanhol, Vestido Nuevo, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktCXZg-HxGA> Acesso em 09 out. 2022.

RIBEIRO, Carla Gil. O curta-metragem como recurso didático para aula de E/LE. 146 p. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

SANTOS, Claudia Amaral dos. A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero. In: 27ª reunião nacional da ANPEd. Goiânia-GO, 2004a. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t231.pdf> . Acesso em 09 out. 2022.